

Microcrédito e a sustentabilidade da Economia Solidária, um estudo do Banco Palmas

Davi de Pinho Spilleir

Seguramente um dos mais significativos impeditivos para a viabilidade dos Empreendimentos de Economia Solidária jaz na obtenção de crédito para sua manutenção e funcionamento adequado. Os Bancos Comerciais, para que possam fazer algum tipo de concessão creditícia exigem uma série de condições que muitas vezes são inexistentes em tais empreendimentos. Normalmente os EES são pouco capitalizados, informais e não possuem formas de oferecer grandes garantias financeiras. Somado a essa situação de dificuldade, os bancos comerciais ainda pecam por excesso de burocracia, falta de linha de crédito específica (em muitos casos) e prazo de carência inadequados. Por não verem seus requisitos atingidos, quando concedem dinheiro a esses empreendimentos, aplicam taxas de juros que beiram a extorsão para resguardarem seus interesses. Sabe-se que para contornar essa distorção do sistema financeiro, a economia solidária criou seus próprios métodos de financiamento, por meio de cooperativas de créditos, Bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) e fundos rotativos. Dos casos de BCDs, o Banco Palmas, no Recife, é o exemplo mais consolidado e de representatividade no Brasil, estando na ativa há duas décadas e tendo tido um significativo impacto na comunidade em que está localizado. O presente trabalho visa analisar a viabilidade e sustentabilidade da EES, por meio do microcrédito, tomando-se por exemplo o exitoso caso do Banco Palmas, e a criação de seu círculo virtuoso de produção – consumo.